

Artigos Originais

Reflexões sobre as barreiras e as potencialidades da participação feminina nas aulas de Educação Física escolar ¹

Reflections on the Barriers and Potentialities of Female Participation in School Physical Education Classes

Reflexiones sobre las barreras y las potencialidades de la participación femenina en las clases de Educación Física escolar



George Almeida Lima

Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Campos Sales, Ceará, Brasil
E-mail: george_almeida.lima@hotmail.com



Francisca Cardoso Leite

Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Campos Sales, Ceará, Brasil
E-mail: francisca.leite5@prof.ce.gov.br



Torben Alencar Vieira

Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Campos Sales, Ceará, Brasil
E-mail: torben.vieira@prof.ce.gov.br



Maria Eduarda Da Silva Fortaleza

Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Campos Sales, Ceará, Brasil
E-mail: maria.fortaleza3@aluno.ce.gov.br



Lara Vitória Alencar Lima

Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Campos Sales, Ceará, Brasil
E-mail: lara.lima100@aluno.ce.gov.br



Luiz Gustavo Bonatto Rufino

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil
E-mail: rufinolg@unicamp.br

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Resumo: Buscou-se analisar os fatores que influenciam a participação de alunas nas aulas de Educação Física. Foi aplicado um questionário a setenta estudantes dos anos finais do ensino fundamental de duas escolas públicas do município de Campos Sales/CE. A análise quantitativa e descritiva revelou que as barreiras são de ordem cultural, social e familiar, refletindo estereótipos de gênero historicamente construídos. Essa dinâmica se materializa quando 81,5% relataram preconceito familiar quanto à sua inserção em práticas corporais e 53,7% relataram que a família não incentiva a vivência de práticas corporais. A Educação Física escolar, quando pautada em práticas coeducativas e diversificadas, pode atuar como espaço estratégico de enfrentamento às desigualdades de gênero.

Palavras-chave: gênero; educação física; práticas corporais; processos educativos.

Abstract: This study aimed to analyze the factors influencing female students' participation in Physical Education classes. A questionnaire was administered to seventy students in the final years of elementary education at two public schools in the municipality of Campos Sales, Ceará, Brazil. The quantitative and descriptive analysis revealed that the barriers are cultural, social, and familial in nature, reflecting historically constructed gender stereotypes. This dynamic is materialized in the findings that 81.5% of the students reported family prejudice regarding their engagement in bodily practices, and 53.7% reported that their families do not encourage such practices. School Physical Education, when grounded in coeducational and diversified practices, can act as a strategic space for confronting gender inequalities.

Keywords: gender; physical education; body practices; educational process.

Resumen: Se buscó analizar los factores que influyen en la participación de alumnas en las clases de Educación Física. Se aplicó un cuestionario a setenta estudiantes de los años finales de la enseñanza fundamental de dos escuelas públicas del municipio de Campos Sales/CE, Brasil. El análisis cuantitativo y descriptivo reveló que las barreras son de

orden cultural, social y familiar, reflejando estereotipos de género históricamente contruidos. Esta dinámica se materializa cuando el 81,5% de las alumnas reportaron prejuicio familiar respecto a su inserción en prácticas corporales y el 53,7% señalaron que la familia no incentiva la vivencia de prácticas corporales. La Educación Física escolar, cuando se basa en prácticas coeducativas y diversificadas, puede actuar como espacio estratégico de enfrentamiento a las desigualdades de género.

Palabras clave: género; educación física; prácticas corporales; procesos educativos.

Submetido em: 26/09/2025

Aceito em: 03/03/2026

1 Introdução

A Educação Física escolar desempenha um importante papel na formação crítica e reflexiva dos alunos e das alunas, possibilitando o desenvolvimento de reflexões que perpassam as práticas corporais com um fim em si mesmas e consideram os processos de inclusão, as relações midiáticas e de poder no campo esportivo, bem como as relações de gênero (Matos *et al.*, 2016). Desse modo, considerando que a escola é um espaço que reflete e reproduz as dinâmicas políticas e econômicas da sociedade, as relações de gênero são fortemente impactadas no ambiente escolar (Adelman, 2006). À vista disso, a participação das alunas nas aulas de Educação Física enfrenta barreiras. Uma delas é a percepção machista, exclusivista e misógina de que elas não são capazes de vivenciar práticas corporais com o mesmo nível de proficiência e envolvimento que os alunos (Goellner, 2010). Tal ideário pode ser discutido à luz da teoria das relações de gênero de Raewyn Connell (1987), que embora não tenha discutido diretamente sobre questões ligadas ao campo esportivo ou da Educação Física escolar, suas reflexões macrossociais apontam que as sociedades constroem ordens de gênero que hierarquizam o que é “ser masculino” e o que é “ser feminino”.

Outros fatores que impactam a baixa participação das alunas nas aulas de Educação Física estão ligados à insegurança com o próprio corpo e à exigência de um comportamento “feminino”. Conforme análise fenomenológica de Iris Marion Young (1980), esses aspectos, construídos historicamente, traduzem-se em uma forma contida e limitada de vivenciar o movimento, como se o corpo fosse um objeto a ser exibido e não um recurso para a ação e o movimento corporal. Além disso, a falta de representatividade na Educação Física escolar, a ausência de incentivo e comentários e comportamentos machistas por parte de colegas podem criar um ambiente hostil e constrangedor para as meninas, suscitando processos de exclusão e autoexclusão (Lima *et al.*, 2024; Uchoga; Altmann, 2016).

Essa dinâmica se materializa na vivência prática das aulas de Educação Física (Goellner, 2010). Pesquisas críticas no campo do gênero (Devide; Rocha; Moreira, 2020) demonstram que, historicamente, se constroem expectativas sociais que estabelecem posturas distintas para meninos e meninas. Como resultado dessas expectativas generificadas, observa-se que os meninos tendem a ocupar mais espaços e vivenciar práticas corporais com maior contato físico, enquanto as meninas são relegadas a ocupar menos espaços e a realizar atividades de maneira mais passiva. Uchoga e Altmann (2016) também constataam essa desigualdade ao inferirem que os meninos participam mais ativamente das aulas, realizando movimentos corporais e liderando as ações dos jogos, ao passo que as meninas frequentemente assumem papéis secundários. Esse processo, embora com contornos específicos, também é vivenciado fora do campo escolar, como no campo do esporte amador, onde as mulheres frequentemente enfrentam uma limitação de poder que as direciona a posturas secundárias (Lima *et al.*, 2025), reforçando a natureza estrutural e transversal das questões de gênero.

Segundo Young (1980), esse processo decorre de uma expectativa social sobre as mulheres, que é pautada na ideia patriarcal de fragilidade feminina, direcionando-as a adotar comportamentos mais suaves e delicados e menos atléticos, o que as desencoraja de participar de práticas corporais mais intensas. Collins (2011) aponta que essa estrutura conservadora é proveniente da construção de um universo social que se pautou na dominação das mulheres, robustecendo preconceitos que consideram o ideal da masculinidade hegemônica como um elemento que determina as hierarquias de gênero, considerando o homem competidor, agressivo e viril como uma normativa social (Connell; Pearse, 2018). Essa dinâmica desencadeou a “aceitação, amplamente encontrada na sociedade ocidental, de que os homens têm ‘direitos’ à autoridade e, portanto, é natural que os homens estejam sobre-representados em posições de liderança” (Walker; Bopp, 2011, p. 52-53).

Essa perspectiva foi consubstanciada e reforçada no Brasil a partir da criação do Decreto-Lei nº 3.199/41 (Brasil, 1941), que

proibia a participação das mulheres em práticas corporais consideradas violentas, como futebol e artes marciais (Mourão, 2000). Esse decreto ficou vigente até 1979, solidificando uma exclusão que foi fundamentada por uma série de preconceitos e estereótipos de gênero que limitam os direitos das mulheres de vivenciar práticas corporais e competir em igualdade de condições.

Todavia, aspectos sociais, como os movimentos feministas e as dinâmicas sociais ligadas à busca pela igualdade de gênero, bem como as lutas sociais protagonizadas por referências e ícones femininos no esporte, contribuíram para mudanças no século XXI. No âmbito do esporte de alto rendimento, isso se traduz, por exemplo, na maior participação das mulheres nos jogos olímpicos, como no judô (Lima; Ferreira; Rufino, 2024), e na presença das primeiras mulheres árbitras em competições (Lima; Mélo; Macedo, 2022). No futebol feminino, a copa do mundo em 2019 bateu recordes de audiência, consolidando o futebol feminino como uma potência global. Também se faz necessário destacar os investimentos dos grandes clubes em equipes femininas no campeonato brasileiro (Alencar *et al.*, 2020). Essas transformações no esporte de alto rendimento e na mídia podem, potencialmente, reverberar no ambiente escolar, oferecendo novas referências de feminilidade atlética para as estudantes. Porém, alguns elementos ainda impactam negativamente a participação das mulheres nas práticas corporais em todos os níveis, como a ausência de patrocínios, a diferença de investimentos em políticas públicas direcionados às mulheres, além do assédio e discriminação.

Estudos realizados no Brasil têm evidenciado como as práticas corporais de meninos e meninas seguem marcadas por estereótipos de gênero que limitam a participação plena das estudantes nas aulas de Educação Física. Por participação plena, compreende-se, neste estudo, não apenas a presença física ou a frequência nas aulas, mas um engajamento qualificado que envolva protagonismo nas atividades, autonomia para tomar decisões sobre o próprio corpo e as atividades desenvolvidas, reconhecimento pelos pares e pelos professores e professoras e a vivência do movimento sem

constrangimentos. Em investigação com estudantes do ensino médio, Ferreira *et al.* (2016) identificaram que, em geral, os meninos permanecem mais ativos do que as meninas tanto dentro quanto fora da escola, reproduzindo distinções históricas que se consolidam em desigualdades pedagógicas. Esses resultados reforçam a necessidade de pesquisas que analisem como tais barreiras se constituem também em outras etapas da escolarização, como é o caso do ensino fundamental, foco do presente estudo.

Considerando que a escola é um campo social em que suas fronteiras são permeadas por aspectos políticos, sociais e econômicos, a Educação Física escolar é impactada por essas dinâmicas, influenciando a participação, ou não, das alunas. Nesse sentido, cabe destacar que os campos sociais são distintos e possuem particularidades. Considerando esse panorama, este estudo se concentra no contexto específico de duas escolas da rede pública do município de Campos Sales, no interior do Ceará. Compreender as particularidades desse campo social específico é fundamental para, futuramente, subsidiar estratégias de intervenção eficazes que confrontem a evasão das alunas e promovam sua participação de forma equitativa e significativa.

Desse modo, ao analisar os fatores que influenciam a participação feminina, esta pesquisa almeja contribuir para a formação de mulheres que vivenciem práticas corporais de maneira autônoma, ampliando as possibilidades de uma formação crítica, reflexiva e emancipatória. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a participação de alunas dos anos finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física em duas escolas públicas de Campos Sales/CE.

2 Métodos

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo descritiva. A abordagem quantitativa é adequada quando se pretende mensurar opiniões, atitudes e preferências de uma população por meio de instrumentos padroniza-

dos, permitindo a identificação de padrões e tendências (Creswell, 2014). No caso específico, buscou-se descrever a frequência de participação das alunas nas aulas de Educação Física e levantar, de forma sistemática, as principais barreiras percebidas, com o intuito de traçar um panorama geral que possa subsidiar discussões e intervenções futuras.

Para a coleta dos dados, foi elaborado um questionário estruturado, composto inicialmente por dez perguntas fechadas (dicotômicas: sim/não) e dez perguntas abertas. As questões fechadas visavam mapear hábitos de participação e fatores objetivos (como presença às aulas, práticas preferidas, ocorrência de situações de discriminação), enquanto as abertas buscavam aprofundar as percepções e os significados atribuídos pelas alunas a essas experiências.

Visando validar o instrumento, em conformidade com o que propõe Manzini (2012), foi realizado um pré-teste (estudo piloto) com vinte alunas de uma escola não participante da amostra final, buscando verificar a adequação das perguntas aos objetivos deste trabalho. A aplicação piloto revelou que as participantes tiveram dificuldade em compreender e responder às perguntas abertas, o que resultou em respostas superficiais ou evasivas, não atingindo o nível de profundidade esperado. Diante disso, optou-se por suprimir as dez questões abertas do instrumento final, concentrando a coleta nas perguntas fechadas. Das dez questões fechadas, quatro foram eliminadas por não se mostrarem aderentes ao objeto de estudo após a análise do piloto. O instrumento definitivo passou a conter, portanto, seis perguntas fechadas (sim/não).

A amostra do estudo foi composta por setenta alunas dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) de duas escolas da rede pública municipal da zona urbana de Campos Sales/CE. A seleção das escolas e das participantes seguiu o critério de amostragem por conveniência, priorizando unidades de ensino que possuíam turmas regulares em todos os anos finais do fundamental e que demonstraram disponibilidade para participar da pesquisa. Em cada turma das escolas selecionadas, todas as alunas presentes

que concordaram em participar da pesquisa e que atendiam aos critérios de inclusão foram incluídas no estudo. A opção por focar o gênero feminino justifica-se pelo objetivo central da pesquisa, que é investigar as percepções, barreiras e experiências específicas das meninas em relação à participação nas aulas de Educação Física e nas práticas corporais.

O projeto foi apresentado às alunas, que concordaram em participar do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Paralelamente, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi encaminhado aos responsáveis legais, que autorizaram a participação das estudantes. O TALE detalha os objetivos, os possíveis impactos da pesquisa e outras informações relevantes do estudo, assegurando total transparência para os responsáveis. Todos os termos foram devidamente assinados.

Os critérios de inclusão foram: (i) estarem regularmente matriculadas na rede pública municipal; (ii) cursarem os anos finais do ensino fundamental, e (iii) serem mulheres. Foram critérios de exclusão: (i) recusarem-se a assinar o TCLE e o TALE, fato que não aconteceu.

As respostas das seis perguntas fechadas foram tabuladas em planilha do *Microsoft Excel*. Realizou-se uma análise de frequência simples, com os resultados expressos em números absolutos e porcentagens. Essa técnica permite descrever a distribuição das respostas e identificar as tendências predominantes no grupo investigado (Pallant, 2020). Por tratar-se de um estudo descritivo, não foram empregados testes estatísticos inferenciais; o objetivo foi apresentar um panorama das percepções das alunas sobre sua participação nas aulas.

Reconhece-se, como limitação metodológica, que o uso exclusivo de perguntas fechadas restringe a possibilidade de apreender os significados mais profundos, as contradições e as ambiguidades que envolvem as experiências das meninas. Por essa razão, os resultados aqui apresentados devem ser interpretados como um

diagnóstico inicial, que aponta regularidades e tendências, mas que poderá ser complementado, em estudos futuros, por abordagens qualitativas (como entrevistas ou grupos focais) que explorem em maior profundidade os sentidos atribuídos pelas alunas à sua relação com a Educação Física escolar.

Todas as participantes concordaram em participar do estudo e assinaram o TCLE, assim como os seus responsáveis legais assinaram o TALE. Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Regional do Cariri, sob CAEE nº 79286824.8.0000.5055, conforme parecer de nº 7.169.206.

3 Resultados e Discussão

Com o objetivo de analisar os fatores que influenciam a participação das alunas nas aulas de Educação Física, apresentam-se, nesta seção, a sistematização e a discussão dos dados coletados. Inicialmente, o Quadro 1 sintetiza as respostas obtidas por meio das seis perguntas fechadas (dicotômicas: sim/não) que compuseram o instrumento definitivo após o estudo piloto. Com base nos percentuais de resposta, realiza-se uma análise descritiva das tendências identificadas, articulando-as com a literatura especializada do campo dos estudos de gênero e da Educação Física escolar. O Quadro 1 apresenta as perguntas e as respostas das alunas.

Quadro 1 – Dados coletados

Pergunta	Sim	Não
Você vivencia alguma prática corporal fora da escola?	25,9%	74,1%
Sua família lhe incentiva a praticar esportes?	46,3%	53,7%
Você se sente confortável em falar sobre as aulas de Educação Física com sua família?	53,7%	46,3%
Sua família tem preconceito sobre você vivenciar práticas corporais?	81,5%	18,5%
Você acredita que a vivência de práticas corporais pode contribuir para o seu desenvolvimento?	83,3%	16,7%
Você participa das aulas de Educação Física?	63,0%	37,0%

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que 83,3% das alunas acreditam que a vivência de práticas corporais pode contribuir para o seu desenvolvimento. Embora a literatura também aponte que as práticas corporais possibilitam o desenvolvimento integral dos estudantes e contribuem para uma melhor qualidade de vida e para a formação crítica (Leonardi *et al.*, 2014), 16,7% das alunas não compartilham dessa percepção. Uma hipótese explicativa para esse dado pode ser encontrada no histórico de secundarização da Educação Física no currículo escolar (Maia *et al.*, 2019), o que pode ter influenciado a visão de parte das alunas sobre a relevância da disciplina. Reforça-se, portanto, a necessidade de valorização curricular equitativa, de modo que a Educação Física seja percebida como componente fundamental para a formação cidadã.

Um dos tensionamentos da Educação Física na contemporaneidade está ligado à reforma do novo ensino médio, que reduziu as aulas de Educação Física em alguns estados brasileiros como Piauí, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (Jucá; Maldonado; Barreto, 2023), e também retirou a obrigatoriedade dessa disciplina nos estabelecimentos de ensino (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020). Dessa forma, além das questões ligadas aos processos de ensino e das relações de gênero que permeiam o campo da Educação Física escolar, os aspectos estruturais desse componente curricular também são tensionados, podendo gerar uma fragilidade epistêmica e metodológica que direcione os estudantes a desvalorizarem a Educação Física (Lima; Rufino, 2025).

No campo curricular, é “preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou a exclusão na sociedade” (Goodson, 1995, p. 10); dessa forma, as fronteiras do universo escolar são permeabilizadas pelos encadeamentos sociais e se materializam no currículo escolar. Nesse sentido, a Educação Física deve servir como um espaço para identificar, combater e superar os processos de exclusão, fazendo com que a mudança social aconteça a partir do campo escolar (Devide, 2024).

No que concerne às aulas de Educação Física, 63% das participantes declararam que participam das aulas. Esse dado é impor-

tante, pois demonstra que, mesmo a Educação Física se consolidando como uma disciplina de menor valor curricular, as alunas participam das aulas. Lima *et al.* (2023a) aplicaram questionários a 274 alunos e alunas da rede municipal de Petrolina/PE. Os dados apontaram que 37,6% dos discentes consideram a Educação Física como a disciplina favorita e 92,1% destacaram que deveria haver mais aulas na semana. Brandolin, Koslinski e Soares (2015) aplicaram questionários a 1.084 alunos da rede municipal de Petrópolis/RJ e 38,7% dos discentes apontaram a Educação Física como a disciplina que gera maior satisfação. Embora esses dados indiquem uma apreciação geral da disciplina, é preciso cautela ao transportar tais achados para a realidade específica das meninas, uma vez que a satisfação e a participação podem ser atravessadas por questões de gênero não captadas nas médias gerais. No presente estudo, o percentual de não participação (37%) sugere a necessidade de investigar, em futuras pesquisas, as razões específicas que levam essas alunas a se ausentarem.

Ao serem questionadas se vivenciam alguma prática corporal fora do ambiente escolar, 74,1% das alunas respondeu que não. A literatura sugere que a baixa adesão feminina a práticas corporais extracurriculares pode estar associada a fatores como condições econômicas (custeio de materiais e mensalidades) e à divisão sexual do trabalho, que tradicionalmente atribui às meninas maior responsabilidade por atividades domésticas, reduzindo seu tempo disponível para o lazer ativo (Adelman, 2006). Esses elementos, embora não investigados diretamente neste estudo, oferecem pistas interpretativas para o dado encontrado.

Dados nacionais mais abrangentes reforçam essa diferenciação na vivência das práticas corporais entre homens e mulheres. No Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano “Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017), consta que homens têm cerca de 28% mais chances de praticar tais atividades do que mulheres no Brasil. Nesse sentido, destacamos a importância das aulas de Educação Física ao proporcionarem às alunas a

vivência das práticas corporais. A Educação Física escolar, dessa forma, pode contribuir para o rompimento dos padrões hegemônicos vigentes, que, por muito tempo, limitou o papel social das mulheres, considerando suas ações de menor relevância dentro do ambiente escolar e dos demais campos sociais.

Destarte, é importante destacar que, quando as aulas de Educação Física não problematizam e refletem sobre os conflitos provenientes das vivências sociais dos alunos no campo escolar e social, pode-se reforçar as desigualdades sociais nas relações de gênero. Dessa forma, a desnaturalização das hierarquias de gênero deve ser um objeto de reflexão desde a educação infantil, possibilitando a construção de uma consciência crítica e reflexiva sobre as relações de gênero na sociedade (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016).

Dentro dessa dinâmica, a Educação Física deve consolidar estratégias interventivas que possam “problematizar as diferentes representações de corpo, gênero, sexualidade, raça, etnia, estética e saúde que circulam dentro e fora da escola” (Prado; Altmann; Ribeiro, 2016, p. 65). Nesse sentido, é preciso reconhecer que as mulheres não constituem um grupo homogêneo ou passivamente subalterno; ao contrário, apresentam distintas formas de agência e de vivência das relações de gênero, o que demanda uma abordagem interseccional que considere os marcadores sociais de raça, classe e geração (Akotirene, 2019).

Destaca-se também que 81,5% das participantes percebem que suas famílias apresentam preconceito sobre a vivência de práticas corporais. Essa percepção pode ser compreendida como reflexo de uma construção social de longo prazo que hierarquizou as relações de gênero e consolidou processos de feminilidade normativa, padronizando e normatizando ações específicas para o “ser mulher”. Roth e Basow (2004) assinalam que essa dinâmica é perpetuada por diversos segmentos sociais, como religião, família, igreja, meios de comunicação etc. Assim, os corpos das mulheres são idealizados como restritos, conservados e delicados, desvalorizando o poder de suas capacidades físicas.

Essas percepções sociais tendem a ser incorporadas pelas próprias famílias, que reproduzem essas normatizações e impactam negativamente a construção de processos de reflexão e emancipação nas alunas. Considerando a relevância da família, Lima *et al.* (2024) destacam que mulheres praticantes de voleibol em Campos Sales/CE são influenciadas pela família a se inserir e permanecer em equipes amadoras de voleibol, contando com o suporte familiar para enfrentar os preconceitos. No mesmo sentido, Schwartz *et al.* (2016) investigaram as motivações para a inserção de mulheres em práticas corporais de aventura. O estudo destaca que, das dezesseis participantes, 53,8% foram introduzidas a essas atividades por influência da família, evidenciando a importância do apoio familiar tanto para o início quanto para a permanência das mulheres nessas práticas. Adelman (2006) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a aceitação da família em relação à prática esportiva é um fator que facilita a entrada, bem como a continuidade das mulheres no esporte.

A falta de apoio familiar também é evidenciada quando 53,7% das participantes indicam que suas famílias não as incentivam para a vivência de práticas corporais. Esse dado pode ser interpretado à luz do conceito de Goellner (2021) sobre o silenciamento e a restrição dos corpos femininos, que sugere que a educação familiar, ao reproduzir normas de gênero, contribui para a internalização de limites e para a dificuldade das mulheres se perceberem como sujeitos ativos nas práticas corporais. Lima *et al.* (2023b) corroboram o exposto ao destacarem que a falta de apoio familiar obriga as mulheres a despenderem um esforço ainda maior para se inserirem e permanecerem nas práticas corporais. Isso ocorre porque, além de enfrentarem estereótipos, elas ainda precisam superar a resistência dentro do próprio núcleo familiar.

Os dados do presente estudo aproximam-se de achados anteriores de Ferreira *et al.* (2016), que, ao investigarem 426 estudantes do ensino médio, constataram menor adesão feminina às aulas e às práticas corporais em geral, dentro e fora do ambiente escolar. A convergência desses resultados indica que as desigualdades de

gênero na Educação Física não se restringem a um nível de ensino específico, mas constituem uma tendência estrutural que atravessa diferentes fases da escolarização.

Em vista disso, faz-se necessário refletir sobre o potencial do campo da Educação Física escolar para o desenvolvimento de uma formação crítica e reflexiva sobre as relações de gênero na escola e na sociedade. Para isso, os professores e professoras devem desenvolver princípios didático-metodológicos de ensino que possam estar pautados na coeducação, buscando a equidade entre os sexos por meio da construção de ambientes reflexivos sobre as relações de gênero. Esse processo contribui para o combate às desigualdades, à desconstrução de estereótipos e à promoção de uma formação integrada que valorize as diferenças (Devide, 2024).

Para que a coeducação possa se consolidar na Educação Física escolar, é necessário, entre outras coisas:

Repensar o próprio entendimento de Educação Física e seus objetivos no ambiente escolar, assim como entender o corpo como uma construção cultural, constituído, também, pelas relações de gênero. [...] há de se reiterar que, através das aulas, é possível que professoras e professores proporcionem situações que problematizam as questões de corpo e gênero, permitindo aos(as) alunos(as) que reflitam sobre os processos históricos que desencadearam determinadas formas de perceber o feminino e o masculino nos diversos temas da Cultura Corporal (Corsino; Auad, 2012, p. 47-48).

Também se faz necessário refletir sobre a diversificação dos conteúdos como elemento que pode contribuir para a desnaturalização do padrão hegemônico das práticas corporais, muitas vezes reforçado pelo campo midiático, como o futsal (Rosário; Darido, 2005). Ao propor conteúdos que rompem a hegemonia esportiva na escola, os alunos e as alunas podem repensar a ideia de esportes para homens e esportes para mulheres, contribuindo para reflexões críticas sobre as ordens binárias de gênero nas práticas corporais.

Considerações Finais

Este trabalho buscou investigar os fatores que influenciam a participação das alunas nas aulas de Educação Física na rede municipal de ensino, identificando desafios e propondo reflexões para a promoção da equidade de gênero. Com base nos dados coletados por meio de questionário estruturado, foi possível concluir que a baixa participação feminina é um fenômeno complexo, resultante de uma intrincada rede de fatores sociais, culturais e familiares que operam tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Os resultados demonstraram que, embora a grande maioria das estudantes (83,3%) reconheça o valor das práticas corporais para o seu desenvolvimento, isso não se traduz automaticamente em engajamento. O abismo entre a percepção positiva e a prática efetiva é explicado por barreiras concretas: o preconceito familiar (percebido e relatado por 81,5% das participantes), a falta de incentivo direto (53,7%) e a escassa vivência de práticas corporais fora do espaço escolar (74,1%) emergiram como obstáculos centrais. Esses dados corroboram a literatura ao apontar que a família se configura como um elemento central na reprodução de estereótipos de gênero, restringindo o corpo e as oportunidades das alunas.

Contudo, o estudo também revelou um dado promissor: 63% das alunas afirmam participar das aulas. Este índice, ainda que aquém do ideal, sinaliza que a Educação Física escolar permanece como um espaço de potencial engajamento, no qual as alunas demonstram interesse quando o ambiente se mostra acolhedor. Este é, portanto, o ponto de partida crucial para a intervenção pedagógica.

Diante desse cenário, reafirma-se que o papel docente é fundamental e estratégico. Considerando que 81,5% das alunas percebem preconceito familiar e que 74,1% não vivenciam práticas corporais fora da escola, a ação docente deve ir além da mera inclusão; é necessário transformar a lógica excludente. Cabe aos docentes proporem reflexões que: (i) desconstruam estereótipos; (ii) diversifiquem os conteúdos; (iii) rompam com a hegemonia dos esportes tradicionalmente masculinos (como futsal e futebol) e (iv)

incorporem um leque diversificado de práticas corporais (dança, lutas, ginástica, esportes cooperativos), permitindo que todos os alunos se identifiquem e se sintam capazes.

Em conclusão, este projeto evidencia que a promoção da equidade de gênero na Educação Física não é uma tarefa simples ou isolada, mas um compromisso contínuo com a formação cidadã. A escola, e em especial a Educação Física, deve se consolidar como um laboratório de práticas sociais mais justas e igualitárias. A emancipação das alunas por meio do corpo não beneficia apenas a elas, mas também tensiona e enriquece todo o ambiente escolar, pavimentando o caminho para uma sociedade onde a participação plena e o respeito às diferenças sejam, de fato, a regra do jogo.

Este estudo contribui para o campo da Educação Física escolar ao oferecer um diagnóstico quantitativo das barreiras percebidas pelas alunas em duas escolas públicas do interior do Ceará, evidenciando a centralidade da família e da falta de acesso a práticas extracurriculares como fatores limitantes. Os dados podem subsidiar políticas pedagógicas locais e fomentar discussões sobre a necessidade de uma atuação docente comprometida com a equidade de gênero.

Entretanto, é preciso reconhecer os limites desta investigação. O uso exclusivo de perguntas fechadas (sim/não) não permite capturar a complexidade, as contradições e os significados que as alunas atribuem às suas experiências. As respostas refletem percepções pontuais, e não a profundidade das relações de gênero no cotidiano escolar. Por essa razão, recomenda-se que futuros estudos adotem abordagens qualitativas – como entrevistas, grupos focais, observações – para aprofundar a compreensão dos processos de exclusão e resistência, bem como para explorar as nuances do preconceito familiar e da (não) participação.

Por fim, reafirma-se que a Educação Física escolar, ancorada em seus achados, pode e deve ser um espaço de enfrentamento das desigualdades de gênero. A transformação não ocorre apenas pela inserção numérica, mas pela criação de ambientes pedagó-

gicos que valorizem a diversidade, desnaturalizem estereótipos e promovam a autonomia das meninas. É nessa direção que este trabalho espera ter contribuído.

Referências

ADELMAN, M. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Movimento*, Porto Alegre, RS, v. 12, n. 1, p. 11-29, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2889>. Acesso em: 15 fev. 2025.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALENCAR, A. A.; SILVA, A. S.; SILVA-NETO, E. S.; MONTEIRO, M. S.; GAMA, S. C. As seleções brasileiras de futebol feminino e empoderamento das mulheres. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**, Coari, AM, v. 2, n. esp., p. 60-65, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/resbam/article/view/6592>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BELTRÃO, J. A.; TAFFAREL, C. N. Z.; TEIXEIRA, D. R. A Educação Física no Novo Ensino Médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Revista práxis educacional**, Vitória da Conquista, BA, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.7024>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRANDOLIN, F.; KOSLINSKI, M. C.; SOARES, A. J. G. A percepção dos alunos sobre a Educação Física no ensino médio. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, PR, v. 26, n. 4, p. 601-610, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i4.29836>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 7.885, 15 abr.

1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

COLLINS, T. The invention of sporting tradition: National myths, imperial pasts and the origins of Australian rules football. *In*: WAGG, Stephen (org.). **Myths and Milestones in the History of Sport**. London: Palgrave Macmillan UK, 2011. p. 8-31. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230320819_2. Acesso em: 10 jan. 2025.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: desde una perspectiva global. São Paulo, SP: Universitat de València, 2018.

CONNELL, R. W. **Gender and Power**: Society, the Person and Sexual Politics. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2014. Disponível em: https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog_609332/objava_105202/fajlovi/Creswell.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

CORSINI, L. N. AUAD, D. **O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

DEVIDE, F. P.; ROCHA, C. M.; MOREIRA, I. S.. Coeducação e Educação Física escolar: uma ferramenta para abordar as relações de gênero nas práticas corporais. **Cadernos de formação RBCE**, Uberlândia, MG, v. 11, n. 2, p. 48-60, 2020. Disponível em: <http://rbce.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2420>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DEVIDE, F. P. **Coeducação e Educação Física escolar**: reflexões introdutórias e sistematização de atividades. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2024.

FERREIRA, A. F.; RUFINO, L. G. B.; DINIZ, I. K. S.; DARIDO, S. C. Secondary education student bodily practices: implications of gender in and outside physical education classes. **Motriz: Revista de Educação Física**, Rio Claro, SP, v. 22, n. 1, p. 72-83, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-65742016000100011>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GOELLNER, S. V. Corpos, gêneros e sexualidades: em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do centro de pesquisa e formação**, São Paulo, SP, v. 13, n. 1, p. 99-112, 2021. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/corpos-generos-e-sexualidades-em-defesa-do-direito-das-mulheres-ao-esporte/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, Uberlândia, MG, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/984>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RG: Vozes, 1995.

JUCÁ, L. G.; MALDONADO, D. T.; BARRETO, S. M. Na corda bamba de sombrinha: a Educação Física no fio da história na base nacional comum curricular do Ensino Médio. **Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 35, n. 66, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2023.e93798>. Acesso em: 20 fev. 2025.

LEONARDI, T. J.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R.; SEOANE, A. M. Pedagogia do esporte: indicativos para o desenvolvimento integral do indivíduo. **Revista Mackenzie de Educação Física e esporte**, São Paulo, SP, v. 13, n. 1, p. 41-58, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/3613>. Acesso em 12 dez. 2024.

LIMA, G. A.; FERREIRA, J. T.; GOMES, M. A. B. A.; BARRETO, W. S.; FIGUEIREDO, M. E. H.; SOUZA, L. V.; VIEIRA, L. A.; SOUSA, M. I. P. Obstáculos, tensionamentos e disputas: reflexões sobre a inserção e permanência das mulheres no voleibol. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, RS, v. 37, n. 1, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.142133>. Acesso em 12 jan. 2025.

LIMA, G. A.; FERREIRA, H. S.; RUFINO, L. G. B. Relações de gênero no judô: uma revisão integrativa. *Ágora para la Educación Física y el Deporte*, Valladolid, v. 1, n. 26, p. 144-167, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24197/aefd.26.2024.144-167>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LIMA, G. A.; RUFINO, L. G. B.; TURELI, F.; MILLEN NETO, A. R. “Estamos no treino, mas não podemos nos descuidar”: um estudo etnográfico sobre as relações de gênero no karatê. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, MG, v. 47, n. 1, p. e20240126, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rbce.47.e20240126>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LIMA, G. A.; JUCÁ, L. G.; CRISTO JÚNIOR, C. H. N.; FERREIRA, R. S.; MOURA, D. L. Comparação do nível de satisfação nas aulas de Educação Física de alunos participantes e não participantes do Programa de Residência Pedagógica. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, Fortaleza, CE, v. 5, n. 1, p. e510025-e510025, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v5.e510025>. Acesso em: 14 dez. 2024.

LIMA, G. A.; MARTINS, D. G.; MARIANTE NETO, F. P.; VASQUES, D. G. “Isso não vai tirar a feminilidade dela de forma alguma”: percepções de jovens mulheres sobre as relações de gênero na capoeira. **Conexões**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023034-e023034, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v21i00.8674393>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LIMA, M. D. P. S.; MÉLO, R. S.; MACEDO, C. G. Árbitras nordestinas: trajetórias de vida no futsal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, MG, v. 44, n. 1, p. e20220070, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220070>. Acesso em: 14 dez. 2024.

LIMA, G. A.; RUFINO, L. G. B. Estabelecida ou outsider? análise da educação física no currículo escolar à luz da teoria figuracional. **Dialogia**, São Paulo, SP, v. 4., n. 55, p. 1-20, e26903, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/55.2025.26903>. Acesso em: 14 dez. 2025.

MAIA, F. E. S.; SANTIAGO, S. J.; PEREIRA, J. M. S.; ESTÁCIO, V. S.; LIMA, R. W. G. Memórias e reflexões sobre a desvalorização da Educação Física na escola brasileira. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v1i3.3580>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. **Revista Percurso**, Maringá, PR, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49548>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MATOS, N. R.; BRASILEIRO, G. S.; ROCHA, R. T.; CAVALCANTE NETO, J. L. Discussão de gênero nas aulas de Educação Física: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 28, n. 47, p. 261-277, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n47p261>. Acesso em: 14 dez. 2024.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porta Alegre, RS, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.11777>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PALLANT, J. **SPSS survival manual**: A step by step guide to data analysis using IBM SPSS. London: Routledge, 2020.

PRADO, V. M.; ALTMANN, H.; RIBEIRO, A. I. M. Conduas naturalizadas na Educação Física: uma questão de gênero. **Currículo sem fronteiras**, Belo Horizonte, MG, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1168321>. Acesso em: 14 dez. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é vida**: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatório-de-desenvolvimento-humano-nacional-2017-movimento-é-vida>. Acesso em: 16 set. 2025.

ROSÁRIO, L. F. R.; DARIDO, S. C. A sistematização dos conteúdos da Educação Física na escola: a perspectiva dos professores experientes. **Motriz**: Revista de Educação Física, Rio Claro, SP, v. 11, n. 3, p. 167-178, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/78>. Acesso em: 14 dez. 2024.

ROTH, A.; BASOW, S. A. Femininity, sports, and feminism: Developing a theory of physical liberation. **Journal of Sport and Social Issues**, Thousand Oaks, CA, v. 28, n. 3, p. 245-265, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0193723504266990>. Acesso em: 16 set. 2025.

SCHWARTZ, G. M.; PEREIRA, L. M.; FIGUEIREDO, J. P.; CHRISTOFOLETTI, D. F. A.; DIAS, V. K. Estratégias de participação da mulher nos esportes de aventura. **Revista brasileira de ciências do esporte**, Uberlândia, MG, v. 38, n. 2, p. 156-162, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.11.007>. Acesso em: 14 dez. 2024.

UCHOGA, L. A. R.; ALTMANN, H. Educação Física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, MG, v. 38, n. 2, p. 163-170, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.11.006>. Acesso em: 13 dez. 2024.

WALKER, N. A.; BOPP, T. The underrepresentation of women in the male-dominated sport workplace: Perspectives of female coaches. **Journal of Workplace Rights**, Amityville, NY, v. 15, n. 1, p. 47-56, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.2190/wr.15.1.d>. Acesso em: 25 jul. 2024.

YOUNG, I. M. Throwing like a girl: A phenomenology of feminine body comportment motility and spatiality. **Human studies**, Dordrecht, NL, v. 3, n. 1, p. 137-156, 1980. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02331805>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.